# Kant e o passe de mágica na base do imperativo categórico\* - 30/06/2016

Schopenhauer expõe o primeiro passo em falso da ética de Kant que é  
\_fundamentar sua moral em leis\_ , ou seja, admitir, pressupor uma lei moral  
independente da experiência[1]. Ao questionar o que seria uma lei, ele  
investiga o conceito de leis dividindo-as em leis civis que são do arbítrio  
humano, leis da natureza a priori[2] e a posteriori e leis da vontade. Porém,  
as leis da vontade, para Schopenhauer, não são leis imperativas e categóricas,  
mas leis de motivação: uma lei de causalidade que se dá pelo conhecimento, mas  
demonstrável, submetida a um motivo. Para Schopenhauer não se pode tratar uma  
lei moral como necessidade absoluta já que o próprio Kant reconhece que tal  
lei quase nunca tem êxito. Antes, a lei moral tem que ser provada e não usada  
como conceito e fundamento.  
  
A reboque, Kant introduz o dever do mesmo modo, como algo dado, sem prova, o  
que é considerado estranho por Schopenhauer por não apresentar validade  
objetiva, do se segue que sua fundamentação só poderia ser teológica, baseada  
em deveres, conforme a ética da idade média[3]. Mais do que isso, uma  
fundamentação metafísica da ética só se sustenta em pressupostos teológicos  
camuflados por Kant em conceitos como "dever absoluto" e "obrigação  
incondicionada". Tal dever seria uma \_contradictio in adjecto\_ porque só faria  
sentido sustentado por uma recompensa ou ameaçado por um castigo[4], sem eles  
seria um conceito vazio. Então, seria impossível “pensar uma voz que comanda”  
nossas ações, elas seriam sempre orientadas em proveito próprio e sem valor  
moral.  
  
A \_contradictio in adjecto\_ se amplia quando, a partir do dever  
incondicionado, se postula uma recompensa na eternidade. A moral kantiana  
parte de um dever incondicionado para encontrar o Sumo Bem: felicidade como  
prêmio da virtude[5]. Por outro lado, um dever condicionado é egoísta e não é  
moral. Schopenhauer trata do parentesco próximo entre os conceitos de “deve”,  
aproximando-o da coerção, e de dever, que seria um compromisso: dever que  
pressupõe direito. A \_contradictio in adjecto\_ é a forma do imperativo  
(dever) categórico (não heterônomo): há sempre uma dependência externa, um  
direito sendo exigido... A teologia moral como resultado da ética seria uma  
teologia oculta fundando a ética. Trata-se de um passe de mágica: inverteu-se  
o pressuposto (mandamento que seria derivado) com o resultado (teologia oculta  
pressuposta).  
  
   
  
(\*) ps. Em Kant é possível pensar uma lei moral, do dever, pela própria  
estrutura da razão compartilhada por todos os seres racionais. A razão tem uma  
arquitetônica, funcionamento orgânico que poderia garantir, mas apenas  
formalmente, aquela lei.  
  
   
  
   
  
\* \* \*  
  
   
  
\* Sobre a forma imperativa da ética de Kant - capítulo 4 da \_Crítica do fundamento dado à moral por Kant.\_  
  
[1] Justo Kant que tratou dos conceitos que são fornecidos pelo entendimento  
pela via sintética da experiência.  
  
[2] Essa pequena parte constituindo a metafísica da natureza de Kant.  
  
[3] Para Schopenhauer, até Kant, a exceção seria os materialistas ingleses  
encarnados na figura de Locke.  
  
[4] Sendo então hipotético e não categórico.  
  
[5] A vontade então não seria autônoma, tem uma motivação lá.